

5 ANOS EM LUTA

Secção Portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

É NECESSÁRIA UMA ALTERNATIVA
REVOLUCIONÁRIA



ENFRENTAR COSTA NAS RUAS POR:

- ✓ AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS
- ✓ PROIBIÇÃO DOS DESPEDIMENTOS
- ✓ REFORÇO DO SNS
- ✓ DIMINUIÇÃO DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS



EDITORIAL

Que saída para uma eventual crise política?

A hipótese de o Governo não conseguir aprovar o OE 2022 coloca em debate as consequências de uma crise política. Se o Governo cai, quem beneficia? Nas últimas sondagens, realizadas antes das autárquicas, o PS teria um pequeno crescimento nas legislativas, o Chega poderia ser a terceira força política, disputando diretamente com o BE, e a CDU e o PSD cairiam. Se o cenário se mantém, nenhuma das forças políticas em posição de chumbar o orçamento beneficiariam com novas eleições em janeiro. Então porque está em cima da mesa uma crise política? O resultado das autárquicas foi um sinal: a população está descontente. Não se contenta com o PS que governa para os ricos, não vê na direita uma alternativa de confiança e desilude-se com BE e PCP, que sustentaram o PS nos últimos anos. A pandemia foi o limite para uma situação insustentável: trabalhos precários e mal remunerados, acumulação de trabalho, rendas altas, etc. O SNS está em vias de um colapso. A Função Pública demonstra esgotamento. O aumento dos preços dos combustíveis coloca no limite camionistas, estafetas e vários outros trabalhadores. E o OE apresentado por Costa não responde devidamente a nenhum dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores. Não há assim medida que justifique que BE e PCP possam continuar a pagar o ônus por viabilizarem os Governos de Costa. Agora sobem o tom para negociarem melhores

migalhas, porém, até onde poderá ir Costa? Não sabemos. Pode ser suficiente para que BE e/ou PCP viabilizem o orçamento, mas nunca será suficiente para aquilo de que a classe trabalhadora necessita. Por isso, chumbar este orçamento seria a postura coerente para quem defende os interesses da classe trabalhadora. A alternativa política para a classe trabalhadora está na sua organização e mobilização. E essa tem de ser a nossa aposta para sair do impasse “Governo PS ou PSD?”. É urgente organizar a luta e resistência da classe trabalhadora por melhores trabalhos, mais direitos e por uma vida digna. É urgente construir uma alternativa de luta e combativa frente às direções sindicais maioritárias. Por isso é preciso participar do encontro sindical “Trabalhadores atacados não podem ficar isolados” e defender um sindicalismo combativo e independente do Governo. É urgente também construir uma alternativa política que seja oposta ao PS, que combata a direita e a extrema-direita, que defenda um programa para a classe trabalhadora e aponte uma saída revolucionária. O Em Luta soma-se a esta batalha e faz 5 anos neste mês de novembro. Vamos, nas próximas semanas, apresentar um pouco mais quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. Queremos apresentar aos nossos amigos e simpatizantes a necessidade de uma alternativa revolucionária e fazer o convite para que se somem a este projeto.

FICHA TÉCNICA

Capa: Joao Viegas
Revisão de Texto: Érica Lemos
Tiragem: 100
Impressão: AGLArtes Gráficas Lisboa

Colaboradores: António Tonga, Carlos Ordaz, Cristina Portella, Joana Salay, João Reis, Marina Peres.

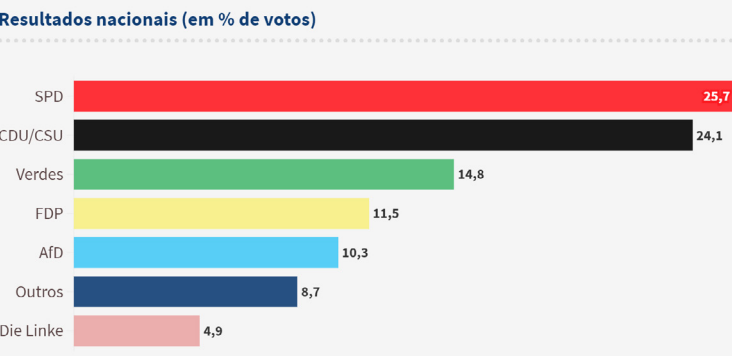
Eleições alemãs: continua a instabilidade

O resultado das eleições federais alemãs foi quase exatamente igual ao que previam as pesquisas de opinião. Os sociais-democratas (SPD) obtiveram a maioria dos votos (25,7%), mais 5,2% do que na catástrofe de 2017.

MICHAEL ROBERTS

A percentagem de votos obtida pela União Social Cristã Democrática e Cristã (CDU-CSU) caiu para 24,1%, a votação mais baixa desde a sua formação. Os Verdes obtiveram 14,8%, menos do que as sondagens anteriores tinham previsto, mas ainda assim o seu melhor resultado de sempre (mais 5,8%). O Free Democrats (FDP) dos pequenos empresários e do mercado livre obteve 11,5% (um resultado um pouco acima do de 2017). O partido de esquerda Die Linke sofreu uma grande derrota, caindo para 4,9%, contra 9,2% em 2017. Ao que se vê, muitos eleitores de esquerda trocaram-no pelo SPD para derrotar a CDU-CSU. O partido anti-imigrantes “Alternativa para a Alemanha” (AfD) também perdeu terreno, caindo 2,3%, embora tenha mantido a sua base eleitoral nas partes mais pobres da Alemanha Oriental. A participação dos eleitores foi de 76,6%, apenas 0,4% acima de 2017. A percentagem parece elevada em comparação com as eleições nos EUA ou no Reino Unido, mas na realidade é baixa para os pa-

drões alemães – mesmo depois da anexação, em 1990, da Alemanha Oriental, onde a votação é mais baixa. Como eu havia previsto, a soma dos votos dos dois principais partidos ficou, pela primeira vez na história da República Federal, abaixo dos 50%. Considerando a percentagem da população que votou, isso significa que ambos os partidos obtiveram, cada, menos de um quinto dos 61 milhões de votos do universo de possíveis eleitores, o que dificilmente pode ser visto como um verdadeiro mandato. A política alemã fragmentou-se – não são boas notícias para os capitalistas alemães, pois tornou-se mais difícil assegurar “continuidade” para os interesses do capital. Nenhum partido tem uma maioria clara no Bundestag (parlamento alemão), e, portanto, haverá meses de disputas. O líder do SPD, Olaf Scholz, deve ser o favorito para a formação de uma coligação governamental, mas os potenciais parceiros, os Verdes e o FDP, não têm acordo entre si quanto às políticas económicas e sociais, e o FDP do “livre mercado” preferiria uma coligação com a CDU-CSU.



O SPD e os Verdes, sim, querem formar uma coligação, mas o FDP terá de ser convencido. Terão de oferecer-lhe o Ministério das Finanças e, portanto, permitir-lhes impedir quaisquer aumentos de impostos ou de regulamentação sobre as empresas, bem como impedir que a dívida pública aumente ainda mais – o que implica um certo grau de “austeridade”. Os Verdes querem acelerar o ritmo da Alemanha na redução das emissões de carbono, mas não têm qualquer política credível para o fazer dentro das restrições impostas pelo capitalismo alemão. As subidas dos salários mínimos e a redução do limite de velocidade nas autoestradas alemãs é o mais longe que chegam. A Alemanha é o Estado mais populoso da União Europeia e é também a sua potência económica, sendo responsável por mais de 20% do PIB do bloco. A Alemanha preservou a sua capacidade de produção industrial muito melhor do que outras economias avançadas. A indústria ainda representa 23% da economia alemã, em comparação com 12% nos Estados Unidos e 10% no Reino Unido. E a indústria emprega 19% da mão-de-obra alemã, em oposição a 10% nos

EUA e 9% no Reino Unido. O relativo sucesso do capitalismo alemão em comparação com outras grandes economias europeias baseou-se em três fatores. O primeiro é que a indústria alemã utilizou a expansão da União Europeia para realocar os seus sectores-chave para áreas onde os salários são mais baixos (primeiro, para Espanha e Portugal, e, mais tarde, para o vizinho leste europeu). Isto fez contrapeso à forte queda da taxa de

“Nenhum partido tem uma maioria clara no Bundestag”

lucro do capital que viveram nos anos 70 (como em muitas outras grandes economias capitalistas). Em segundo lugar, o capitalismo alemão foi o que mais beneficiou com a criação da Zona Euro, que o posicionou numa posição fortemente competitiva no comércio dentro da Zona Euro e, ao mesmo tempo, manteve baratas as compras de capital no estrangeiro. (...) Cerca de um quarto da mão-de-obra alemã recebe agora salários de “baixa renda”, utilizando-se uma definição co-

Cidade dos ricos
Em referendo, 56% dos berlinenses estão pela expropriação dos grandes proprietários

A maioria dos eleitores em Berlim quer que a câmara municipal exproprie os grandes proprietários imobiliários para ajudar a reduzir os aluguéis na capital alemã.

Cerca de 56% votaram a favor da iniciativa não vinculativa, em comparação com 39% contra em referendo que ocorreu junto com as eleições para o governo municipal e o parlamento nacional.

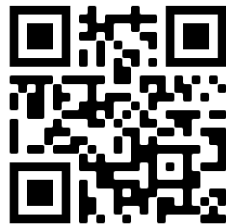
INTERNACIONAL

num de “baixa renda” como aquela que seja inferior a dois terços da mediana. É uma proporção mais elevada do que todos os 17 países europeus, com exceção da Lituânia. Um estudo recente do Institute for Employment Research (IAB) revelou que a desigualdade salarial na Alemanha tem aumentado desde os anos 90, particularmente do lado dos rendimentos mais baixos. O número de trabalhadores temporários na Alemanha quase triplicou nos últimos 10 anos, atingindo cerca de 822.000, de acordo com a Agência Federal de Emprego. Assim, a reduzida percentagem de desempregados dentre os trabalhadores alemães foi conseguida à custa dos salários reais dos que trabalham. O receio de baixos apoios a quem ficasse desempregado, juntamente com a ameaça do des-

A taxa de mortalidade por COVID pode ter sido mais baixa do que em França, Itália ou Espanha, mas foi muito mais elevada do que na Escandinávia (exceto pela Suécia). (...) Depois, o Governo falhou ainda na gestão das enchentes de verão que, enormemente prejudiciais, afetaram milhões de pessoas. A economia alemã ainda não recuperou os seus níveis pré-pandémicos. (...) O sector da indústria alemã, dependente da energia, enfrenta sérios problemas para tentar cumprir as metas climáticas globais. O principal destino das suas exportações depois dos EUA é a China; e a China está a abrandar, ao mesmo tempo que os EUA estão a exigir que a Europa reduza o comércio e as ligações de investimentos com a China. E a União Europeia já não é uma vaca leiteira, fonte de lucro fácil, para o capital alemão. Os próximos quatro anos para o capitalismo alemão serão muito mais difíceis do que os últimos quatro. Ao contrário da impressão geral, a Alemanha não é uma sociedade igualitária. As disparidades regionais são grandes (entre oeste e leste) e, embora a desigualdade de renda não seja grande segundo os padrões internacionais, a desigualdade de riqueza está entre as piores da Europa. O SPD ganhou (por pouco) porque obteve os votos de muitos da esquerda. Estes eleitores estarão à espera de algumas mudanças: mais e melhores serviços públicos; impostos sobre os ricos; melhores salários. E, dentro do SPD, há o crescimento de uma ala à esquerda, particularmente na juventude, que quer ação. Scholz vai ter dificuldade em satisfazer as exigências da sua posição e permanecer numa coligação ao gosto do FDP.

Tradução de Marina Peres

Lê o artigo completo aqui: <https://bit.ly/3pj2ugc>



Mais um orçamento para os ricos. A solução é organizar as lutas, nas greves e nas ruas!

Estamos a meio da negociação para a aprovação do Orçamento do Estado 2022 (OE). A proposta de Costa não alivia a pressão sobre a classe trabalhadora e mantém o apoio aos ricos. PCP e BE fazem, no Parlamento, um braço de ferro por migalhas, mas as necessidades da nossa classe só poderão ser conquistadas com muito luta.

Incertezas económicas

JOANA SALAY

A recuperação anémica do PIB mundial nos dois primeiros trimestres de 2021 foi impulsionada pelas economias dos EUA e da China, sendo que noutros polos centrais, como na Europa e no Japão, o processo tem sido mais lento e difícil.

Estes dois motores da economia capitalista mundial estiveram ameaçados pela quebra da imobiliária Evergrande na China e pela dificuldade de Biden em garantir o pagamento da dívida pública. A esta instabilidade, soma-se o crescimento da inflação a nível mundial, que pode chegar a 5% em 2022, e a escassez de matérias pri-

mas, que já levou à paragem de produção em várias fábricas do país. A política de boa parte dos governos pelo mundo tem sido de mais injeção de dinheiro público na economia, como é o caso do Plano Biden e da Bazuca Europeia, mas não se sabe se essa política será suficiente para uma recuperação significativa em

2022. O Governo português prevê um aumento de 5,5% do PIB para 2022, mas ainda assim mantém o défice do Orçamento em 3,2%, seguindo a cartilha da União Europeia. As incertezas económicas a nível mundial contrastam com o suposto otimismo do Governo em relação às perspetivas nacionais.

País arrasado pela pandemia

Enquanto isso, na vida real, os que vivem do trabalho estão esgotados. Há uma acumulação de carga de trabalho, perda de rendimentos e incerteza no futuro. Ainda que o desemprego não tenha crescido, cresceu o duplo emprego, impulsionado pela perda de rendimentos na pandemia. A liberalização dos trabalhos por turnos e noturnos, somado à acumulação de trabalho, tem levado a que uma parcela importante da classe trabalhadora esteja física e emocionalmente esgotada. Isso demonstra-se pela situação no SNS, que está a beira de uma rutura causada não pelo aumento dos casos de COVID-19, como se podia esperar, mas pela sobrecarga

dos seus funcionários: médicos, enfermeiros, auxiliares, etc. O pedido de demissão em massa de médicos do Hospital de Setúbal, seguido do Hospital do Porto, é um sinal de alerta para o problema que já se via: a pandemia foi a gota d'água após anos de desinvestimentos no SNS. Há ainda sectores que veem o seu emprego ameaçado, como os trabalhadores da TAP, da Groundforce e da Banca, que olham para a Galp de Matosinhos e não veem uma luz ao fundo do túnel. Na indústria, para além do trabalho esgotante, as consecutivas paragens de produção colocam sobre os trabalhadores uma ameaça que serve perfeitamente aos patrões.



O OE mantém os apoios às empresas, mas não atende às necessidades da classe trabalhadora

Por isso, o Orçamento do Estado apresentado por António Costa simplesmente não responde às necessidades dos trabalhadores e do povo pobre. Em primeiro lugar, o Governo mantém a cartilha da UE, que asfixia os serviços públicos e os apoios sociais e mantém o défice em 3,2%. Em segundo lugar, o OE é voltado para o apoio ao sector privado. O grande trunfo do Governo, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), vai permitir um

aumento de 30% de investimento público na economia, lê-se, no sector privado. O Governo privilegia o apoio às grandes empresas, que lucram e têm caixa, deixando as pequenas sob forte ameaça. Em 2021 foram passados 8 mil milhões de euros para as empresas. E se compararmos este valor com o orçamento anual para a saúde, cerca de 12 mil milhões, temos noção da proporção. É também elucidativo saber que cerca de 40% do orçamento da saúde é para



o sector privado. Essa desproporção é o que leva ao desfalque atual do SNS, que os 700 milhões a mais propostos pelo Governo não resolverão. Em terceiro lugar, em relação ao apoio direto aos trabalhadores e pensionistas, o

OE é ainda mais insignificante. Não há um verdadeiro alívio do IRS. O salário mínimo deve aumentar em apenas 30 euros. As pensões aumentam apenas entre 0,5% e 0,9%, o esmo aumento que se propõe dar à Função Pública, só que faseado em dois anos.

Defender os interesses dos trabalhadores é chumbar o OE

Costa está otimista em relação à economia capitalista, mas não pode dizer o mesmo da situação política do país. A relativa derrota que o PS sofreu nas autárquicas e a indisposição que criou com altas patentes das Forças Armadas já eram sinais de que começaria a navegar em águas turvas. O enfraquecimento do PS permitiu ao PSD ver hipóteses de crescer. Por isso tem endurecido o discurso de oposição, dá a mão ao Chega e mostra que a era Rui Rio deve ficar para trás. BE e PCP têm sofrido sucessivas derrotas eleitorais e na negociação deste orçamento dão a entender que não vão

vender barato o seu voto. Não está claro até onde Costa pode aceitar as exigências e tampouco até onde estão dispostos a ir BE e PCP. Porém, estes partidos jogam numa arena que não permite verdadeiras conquistas para a classe trabalhadora. O Parlamento é onde os maiores partidos da burguesia determinam o jogo, e nesse momento, apesar do relativo enfraquecimento de Costa, o PS continua a ser o partido de eleição dos ricos em Portugal. Do Parlamento não sairão as medidas de que os trabalhos precisam para saírem do sufoco. Se a política é negociar migalhas, como fizeram BE e PCP

nos últimos 6 anos, então o jogo de sombras que estão a fazer agora pode surtir algum efeito, ainda que superficial e temporário. É só olharmos para a grande bandeira do BE para este OE, revogação das leis laborais da Troika, para nos perguntarmos: só agora se lembraram das leis gravosas do Código do Trabalho? Catarina Martins já se disponibilizou inclusivamente para um acordo político, colocando a hipótese de a Geringonça voltar. É uma boa receita para salvar Costa do sufoco, não para salvar os trabalhadores. A aposta de BE e PCP em focarem-se na negociação via

Parlamento apenas permite trazer migalhas e garante à burguesia aquilo que mais precisa em tempos de crise: manter a estabilidade do regime. Chumbar o OE neste momento levaria a novas eleições, e há quem aponte a ameaça da volta da direita. Mas não podemos enganar-nos: o regresso da direita acontecerá cedo ou tarde, se a classe trabalhadora continuar a não ver alternativas. A construção de uma verdadeira saída para a classe trabalhadora e o povo pobre tem de ser combativa e independente do Governo de Costa.

Organizar a luta nas greves e nas ruas

A força da classe trabalhadora não está no Parlamento. Está nas ruas. É através da organização da luta da classe trabalhadora, da mobilização nas empresas e locais de trabalho e na construção de manifestações unitárias que poderemos conquistar as medidas de que a classe trabalhadora

precisa e que Costa recusa. É necessário unificar as lutas da Função Pública, dos trabalhadores da saúde, da Banca e dos transportes numa forte mobilização nacional que exija aumento geral de salários, proibição dos despedimentos e reforço no SNS. É necessário mostrar alternativas aos

sectores que estão esmagados pela pandemia e pela crise social. É preciso dizer chega às agressões racistas e homofóbicas e exigir punição para todos os crimes de ódio. É inadiável exigir a diminuição e regulação dos preços das rendas e dos combustíveis e dar um basta ao desvio de verbas pú-

blicas para garantia dos lucros das grandes empresas e multinacionais. A demonstração de forças da classe trabalhadora é nas ruas, com propostas que respondam ao conjunto dos explorados e oprimidos, com um projeto totalmente oposto ao do PS, em oposição à direita e à extrema direita.

A NOSSA CLASSE

Defender empregos e direitos

As crises do capitalismo e a sua incapacidade sistémica de resolver problemas são de novo postos prova na pela situação gerada pela pandemia. Perda de salário, desemprego e despedimentos coletivos, insolvências, falências e planos de reestruturação são palavras que estamos habituados a ouvir nos últimos anos. Palavras que nunca entreveem um bom futuro para a classe trabalhadora.



Insolvências a todo o custo

CARLOS ORDAZ

Dielmar e Coelima no setor do têxtil e Groundforce no setor da aviação são nomes de empresas nacionais que apareceram nos títulos e rodapés, nestes últimos anos, por casos de insolvência. As duas primeiras já vendidas a privados

por um punhado de milhões, a última à procura de uma saída no marco de um plano de reestruturação. Contudo, não foram as únicas nesta turbina das insolvências, várias outras empresas também no setor do têxtil foram afetadas, como por exemplo a António Al-

meida e Filhos.

As insolvências são sempre más notícias para os trabalhadores. Umas piores outras menos, mas sempre más notícias. Nas saídas que se têm desenhado nas empresas insolventes ouvimos muitas vezes que se garantirão os postos de

trabalho, não nos dizem é em que condições, pois não querem falar do pior. A aquisição e investimento por um novo acionista privado significará sempre cortes nos salários e nos direitos e, se for necessário mais tarde, no número de postos de trabalho.

TAP a torre de controlo da perda de direitos

Mas não é só o privado que se aproveita desta situação económica débil das empresas, entenda-se dos trabalhadores. O caso TAP é paradigmático. O “salvamento” da companhia aérea de bandeira, pelo

governo “socialista”, com as regras da liberal União Europeia, resultou numa reestruturação na empresa que significou despedimentos e perda salarial para os trabalhadores nos próximos anos.

Era assim ou era pior, não se cansava de dizer o Governo e a Administração. E os sindicatos e a CT compraram este discurso barato. Este plano da TAP foi uma machadada não só para os trabalhadores

da companhia, mas também para toda a classe trabalhadora. Serviu e servirá como referência para outras empresas, veja-se logo ao lado o que está a acontecer à sua filha Groundforce.

A saga da Groundforce continua

Desde o início da pandemia esta empresa despediu cerca de 1000 trabalhadores. Desde o início que a Administração fez de tudo menos importar-se com os trabalhadores, que ainda hoje sofrem com a situação. Por exemplo, em março de 2020, deu o incentivo de licenças sem venci-

mento para “proteger a saúde dos trabalhadores” quando já se vislumbrava o lay-off. Esta situação, que nunca foi corrigida, ao contrário da TAP que o fez, resulto que, em setembro passado, na contabilização de créditos para informar a Administração de insolvência, vários trabalha-

dores e trabalhadoras viram a sua progressão de carreira anulada pelo suposto “absentismo” das ditas licenças sem vencimento. Outra “pérola” é a aplicação que a Groundforce faz segundo “pareceres jurídicos e da ACT” das baixas por doença Covid ou quarentenas contarem para absentismo, o

que pode implicar novamente a não subida de carreira para muitos trabalhadores. Tudo estratégias para cortar direitos e manter baixa a folha salarial de uma empresa lucrativa e tão estratégica e essencial para o país, como a greve de 17 e 18 de julho deste ano demonstrou.

Matosinhos, Altice e Banca empresas de milhões

A refinaria de Matosinhos, empresa que aqueceu a campanha das autárquicas, pertencente à GALP, que tem lucrado milhões com os preços dos combustíveis e onde o Estado ainda detém capital, é mais um exemplo da inoperância do Governo na defesa de postos de trabalho. À boleia do ambiente e da sustentabilidade, em vez de uma solução de reconversão que garantisse os postos de trabalho e os salários, a solução foi acabar e deixar cair uma empresa que representa muito para aquela região.

O caso da Altice (ex-PT) é, à semelhança da Galp de Matosinhos, mais uma empresa que lucra milhões e que à boleia da situação avançou com um despedimento coletivo de cerca de 250 trabalhadores. De forma tipicamente desordeira do quero-posso-e-mando, a Administração do agora grupo francês apreçou-se, logo em junho deste ano, a anunciar o despedimento coletivo, a arrumar os trabalhadores em causa na prateleira, afastando-os das funções e retirando-lhes acesso à empresa, uma situação ilegal, que configura assédio e que foi denunciada pelos sindicatos.

Na banca calcula-se que cerca de 2000 bancários serão



empurrados para a porta da rua, na sua maioria nos maiores e mais lucrativos bancos, o Millennium BCP e o Santander. Mais um setor com lucros astronómicos e que aproveita a situação para acelerar o processo que vinha preparando de redução de agências e trabalhadores bancários. A resistência a estes despedimentos num setor que estava sem grandes lutas há mais de três décadas resultou numa manifestação con-

junta e uma histórica greve no dia 1 de outubro.

Para além destas grandes empresas, milhares de trabalhadores do turismo - setor na pandemia em que houve mais despedimentos - e do pequeno comércio, viram as suas situações laborais piorarem, setores de baixos salários e muita precariedade. Quer seja por despedimento ou falsos despedimentos estes trabalhadores muitas vezes não contam para a estatística e

vivem na pobreza recorrendo muitos deles a centros de acolhimento para pelo menos terem as refeições do dia. A crise que estava latente antes da pandemia pode estar a ser resolvida por ela própria com os cortes e destruição do trabalho já feitos e por fazer, assim como com as injeções históricas de dinheiro por parte da maioria dos governos mundiais. Todavia, ficará uma fatura para pagar e não parece ser pouca.

5 anos Em Luta ao lado da classe trabalhadora

É urgente a classe trabalhadora organizar-se e tomar consciência de que o combate ao inimigo - Governo, capitalismo e suas instituições - tem de se dar através da unidade na luta contra os ataques em curso e os que aí vêm. Para tal há que construir um novo sindicalismo com aqueles que ainda querem de facto lutar e que não ficam em acordos-

-de-cavalheiros à mesa das negociações. Há que construir um novo sindicalismo independente de Governo e patrões e que, de facto, queira unificar as lutas pois é necessária uma força maior da classe trabalhadora. Além de um sindicalismo que dote os trabalhadores das melhores ferramentas de combate e resistência, é ne-

cessário um partido da classe trabalhadora que não se fique pelas disputas parlamentares, mas que se proponha a uma luta revolucionária contra o capitalismo. Num quadro em que todas as organizações abandonaram a revolução como objetivo real e concreto, é a estas tarefas que o Em Luta se tem dedicado ao longo dos últimos cinco anos

e a que alguns dos seus militantes já se dedicam há décadas. No aniversário de 5 anos da nossa jovem organização, queremos lançar um convite a todos a virem construir uma organização que entenda que lutar lado a lado com os trabalhadores significa manter a busca revolucionária por uma sociedade socialista.

Justiça dos ricos: dois pesos e duas medidas

Nos últimos dias, marcou a comunicação social a notícia de que o banqueiro João Rendeiro fugiu do país para não pagar a pena pelos crimes milionários. O caso contrasta terrivelmente com outra notícia que recebeu muito menos destaque: a morte do jovem são-tomense Danijoy Pontes no Estabelecimento Prisional de Lisboa.

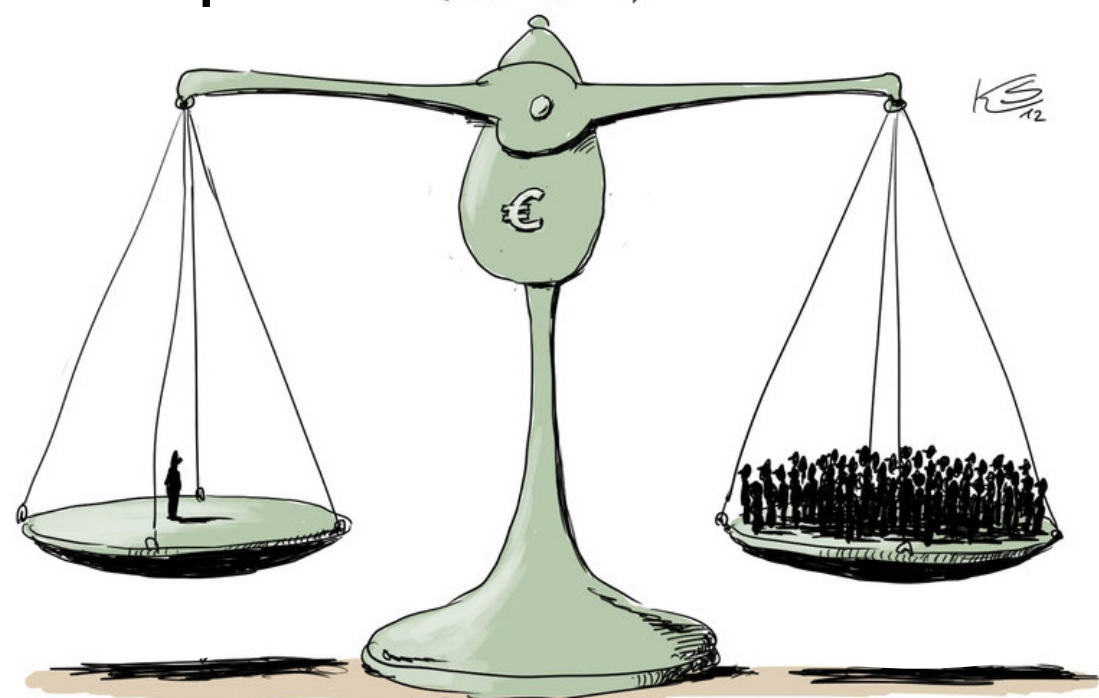
Mais de um mês sem resposta

MARINA PERES

Danijoy tinha apenas 23 anos. Concluiu o curso técnico em cozinha/pastelaria na Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e, quando foi detido, estava a tratar de documentos para trabalhar na Junta de Freguesia de Santa Iria.

A sua morte, ocorrida a 15 de setembro no Estabelecimento Prisional de Lisboa, continua sem nenhuma explicação por parte das autoridades.

As condolências do presidente Marcelo Rebelo de Sousa em nada atenuam o absurdo facto de que, após um mês, esta morte sob a custódia do Estado continua por apurar.



Para o rico liberdade, para o pobre cadeia

O caso da prisão de Danijoy é representativo do que ocorre com muitos jovens pobres e racializados em Portugal. Danijoy foi mantido preso, antes mesmo de ser condenado, durante 11 meses. A sua prisão preventiva foi mantida mesmo durante a pandemia.

Depois, apesar de não ter antecedentes, foi condenado a 6 anos de prisão. Estava saudável quando foi detido, mas foi sistematicamente medicado contra a sua vontade na prisão. Basta olhar para o recente caso de João Rendeiro, para ver que a Justiça não trata

todos da mesma forma. Acusado de crimes de falsificação de documentos e de contabilidade envolvendo valores à volta dos 40 milhões, Rendeiro aguardou o seu julgamento em liberdade. Quando finalmente foi condenado a uma pena efetiva (e a uma pena in-

ferior à de tantos jovens acusados de pequenos delitos), simplesmente anunciou nas redes sociais que tinha fugido para fora do país. O dinheiro vai permitir-lhe continuar a viver confortavelmente sem ser responsabilizado pelos seus crimes.

No capitalismo, a justiça é seletiva e racista

Um levantamento do Público mostra que a proporção de cidadãos dos PALOPs presos é 10 vezes maior do que a proporção de cidadãos portugueses presos. A proporção de cidadãos dos PALOPs condenados às penas máximas é também muito maior. Danijoy Pontes foi, antes de tudo, vítima desta Justiça, seletiva e racista, que

é branda com banqueiros, mas duríssima com os jovens negros e imigrantes. A Justiça, no capitalismo, serve apenas para salvaguardar os interesses de ricos e poderosos – assim como o sistema prisional. Longe de servir à “reinserção social”, ele empurra esses jovens para as margens da sociedade e trata-os de forma desumana. Os

relatos de espancamento e de medicação forçada são apenas a ponta do iceberg. Atualmente, tudo isto ocorre sob a responsabilidade de Francisca Van Dunem, primeira mulher negra a ser Ministra da Justiça. Esse facto evidencia o carácter estrutural do racismo neste sistema: a representatividade de negras e negros nas insti-

tuições em nada muda o carácter racista do sistema. Não há verdadeira justiça para os trabalhadores e para as comunidades racializadas no sistema capitalista. Basta de violência e descaso! Exigimos a imediata apuração da morte de Danijoy e de todas as mortes sob a responsabilidade do Estado! Justiça para Danijoy!

Quem quer a exploração do lítio em Portugal?

Populações, câmaras municipais e ambientalistas são contrários à exploração do lítio, mas o Governo PS e o seu ministro do Ambiente insistem em permitir uma atividade que polui, destrói e empobrece o país.

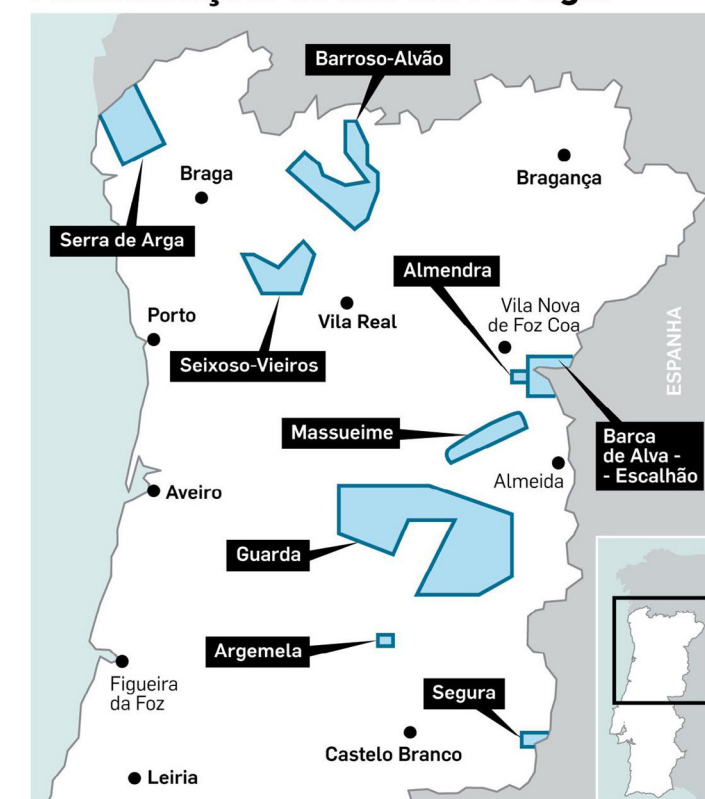
CRISTINA PORTELLA

Já está mais do que comprovado que a exploração do lítio causa danos irreversíveis à paisagem, à fauna, às atividades económicas e à saúde das populações das áreas onde é realizada. O verde de uma colina será substituído por crateras abertas por explosivos; cursos de rios serão desviados para a utilização da água na atividade mineira; solos e aquíferos serão contaminados; e há ainda o risco de rutura das escombrelas, o depósito de rejeitos que se torna uma ameaça para a natureza circundante. “Seja onde for, a exploração de metais nunca teve nada de ‘verde’, e a exploração de lítio para construção de baterias em Portugal não terá também nada de ‘verde’”, resumiu o economis-

ta Óscar Afonso, do Observatório de Economia e Gestão de Fraude.

As populações ameaçadas sabem disso e mobilizam-se há anos contra a exploração desse minério em Portugal. Na Serra da Argemela, na Covilhã, a escavação poderá atingir 45 hectares de extensão e 600 metros de profundidade, destruindo grande parte da serra. O Grupo de Preservação da Serra da Argemela exige a reapreciação do decreto-lei que permite a assinatura de um contrato de exploração sem que sejam conhecidas as conclusões sobre o impacto ambiental. Movimentos cívicos do Minho uniram-se para protestar contra a mineração do lítio em vários concelhos e prometem tudo fazer para impedir a “concretização deste ataque ao nosso território”.

Mineralizações de lítio em Portugal



Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho “Lítio”

Quem ganha com o lítio?

Certamente não é a população. Muito menos o clima – segundo a associação ambientalista Quercus, por cada mina de lítio explorada serão emitidos mais 1,79 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono por ano – e o meio ambiente – atualmente, apenas 3% das baterias e menos de 1% do lítio são reciclados a nível global. Também não será beneficiada a economia do país. As reservas de lítio em Portugal são pífiás em comparação com as existentes no Chile, Argentina e Bolívia, países em que o custo de extração é bem mais baixo. Além disso, o preço do lí-

tio vem caindo em função do excesso de oferta. Para Óscar Afonso, “as reservas portuguesas apresentam quantidades insignificantes que, per si, não justificam a sua exploração”. O que explicaria, então, a insistência do Governo e de algumas empresas em realizá-la? Entre as empresas interessadas no negócio há a Lusorecursos Portugal Lithium, constituída, de acordo com informações veiculadas pela imprensa, três dias antes da licença que lhe concede direitos exclusivos de mineração na zona de Montalegre. A empresa não possui expe-

riência na atividade de mineração e produção de lítio, a sua morada era uma junta de freguesia controlada pelo PS, o mesmo partido do seu consultor financeiro, e, ainda por cima, o estudo de impacto ambiental que apresentou foi chumbado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Há ainda a inglesa Savannah Resources e a australiana Dakota Minerals, cujo nome aporuguesado é Novo Lítio, que conta com a aprovação do Presidente da Câmara de Montalegre, do PS e envolvido em várias denúncias de corrupção. Ambientalistas e populações

das regiões envolvidas queixam-se de processos de concessão de exploração pouco transparentes, muitos deles executados nos momentos mais críticos da pandemia de Covid-19, o que lhes teria dificultado um acompanhamento mais atento. Seja como for, o que está claro em toda essa história é que o Governo se prepara para sofrer mais um ataque ao meio ambiente com a desculpa de estar a protegê-lo. Temos de nos unir às populações mobilizadas para que a sua justa luta – que é de todos nós – seja vitoriosa.

INTERNACIONAL

Economia mundial: recuperação anémica e com muitos problemas

Em agosto passado, a economia dos EUA criou muito menos empregos que o esperado. Para os analistas burgueses, este dado e o da inflação lançaram o alerta amarelo, nos EUA e no mundo, sobre o caráter e a dinâmica da recuperação em curso da economia mundial.

ALEJANDRO ITURBE

É neste contexto de uma dinâmica geral ascendente, mas com muitas desigualdades, que tanto os organismos financeiros internacionais como os analistas económicos começaram a introduzir uma nova letra (a K) para se

referirem às características desta recuperação. O que significa? Que de modo simultâneo um setor de empresas “sobe” e outro “cai”. Ou, em termos que utilizamos noutras circunstâncias, um desenvolvimento “em tesoura”. Segundo a descrição do FMI no relatório de abril passado: “As recuperações económi-

cas estão a divergir de país para país e de setor para setor devido à diversidade de transtornos induzidos pela pandemia e do grau de respaldo das políticas. As perspectivas dependem não só do resultado da luta entre vírus e vacinas, como também do grau em que as políticas económicas exercidas a meio de uma grande incerteza podem limitar os danos duradouros causados por esta crise histórica”.

No último informe do FMI (“As brechas na recuperação mundial aprofundam-se”), este organismo indica que se acentua o desenvolvimento “em tesoura” entre países: “As perspectivas económicas divergiram ainda mais entre os países a partir das projeções publicadas na edição de abril de 2021 de ‘Perspetivas da economia mundial’. O acesso às vacinas transformaram-se na principal bre-

cha que divide a recuperação mundial em dois blocos: os países que podem esperar uma maior normalização da atividade no final deste ano (quase todas as economias avançadas) e aqueles que ainda enfrentam um novo surto de contágios e um aumento do número de vítimas de COVID. Entretanto, a recuperação não está assegurada, inclusive naqueles países com níveis de infeção muito baixos, enquanto o vírus circular em outros países”.

Lê a análise completa da LIT-CI aqui:

<https://bit.ly/3DYQJQK>



Saiu a Revista Marxismo Vivo nº 17: Debates sobre materialismo histórico

Nesta edição da Marxismo Vivo, o tema central é o debate sobre Materialismo Histórico, ao qual o dossiê da revista é dedicado. Publicamos ainda: um debate sobre o papel do trabalho, segundo Engels, no desenvolvimento da linguagem e na transformação do macaco em humano; um estudo sobre o desenvolvimento da educação

revolucionária na Rússia; a continuação do debate sobre a Ditadura do Proletariado e também a continuação do debate sobre lógica marxista, neste caso centrado na Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado.

Adquira a MV nº 17 em:

<https://marxismovivo.org/comprar/>



A Padaria do Povo como instrumento do movimento operário no início do século XX

Reportagem com a participação de José Zaluar - Presidente da Cooperativa “A Padaria do Povo”

ANTÓNIO TONGA

A Padaria do Povo, enquanto agremiação de operários organizados e carbonários, foi fundamental na vitória popular da revolta de 5 de outubro que derruba a monarquia após o regicídio. Conta-nos Zaluar que é de lá que sai um “grupo de operários revolucionários” com a Carbonária, para se juntar à pequena comitiva militar chefiada por Machado dos Santos (figura central da 1ª República, assassinado na noite sangrenta em 1921), que toma o regimento de infantaria 16, em Campo de Ourique, e se arma para de seguida tomar o regimento chave da Artilharia 1, em Alcântara, cujos canhões serviram para respaldar os 2 cruzadores tomados pelos oficiais revoltosos da armada, sob a ordem do Almirante Cândido dos Reis.

Fundada em 1904, a Padaria do Povo surge casando dois fins: a necessidade de garantir pão a uma crescente e proletarizada população de Campo de Ourique, Alcântara e Campolide, que se fixava nesta zona, onde existiam bastantes unidades fabris, apesar de reunirem poucas dezenas de operários por unidade; man-



ter/criar redes de solidariedade e associação com as vilas e aldeias de onde eram originárias muitas das famílias operárias (na zona das beiras) e das quais estas dependiam para sobreviver. O associativismo era assim uma ferramenta vital para fazer face à extrema pobreza que marcou o fim da monarquia. José Zaluar defende que as características periféricas e atrasadas do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, mas também na Península Ibérica, foram importantes para que os propagandistas anarquistas conquistassem influência junto das massas operárias, sendo o predomínio das pequenas concentra-

ções operárias, bem como o peso elevadíssimo do proletariado agrícola e do seu associativismo, um contributo para a prevalência do anarco-sindicalismo no movimento de massas.

Ora são estes sectores populares que formam a coluna vertebral da Padaria do Povo, que obtém o beneplácito da Rainha Dona Amélia, face à situação de escassez a que a monarquia condenava as massas trabalhadoras. É curioso ressaltar, como prova do êxodo rural que marca a fase de relativa aceleração do modo de produção capitalista em Portugal, “que os padeiros e muitos outros cooperantes eram naturais de Oliveira

de Azeméis, sendo que ainda hoje uma das salas da cooperativa lembra que já funcionaram ali associações de naturais dessa zona”.

A Padaria tem um papel importante na organização da classe trabalhadora durante o período ditatorial, embora limitado pela inexistência de uma organização do conjunto da classe (recordemos que o Partido Socialista Português, fundado em 1875 e que agrupou marxistas socialistas utópicos e sociais-democratas, como Antero de Quental, Azedo Gneco, José Fontana e Carlos da Maia, fracassou enquanto alternativa). A criação da Universidade Popular pelos cooperantes, onde se destaca a militância do matemático e notório comunista Bento de Jesus Caraça, foi um dos expoentes da organização popular nos anos 30, organizando muitos operários antifascistas.

A Padaria sofreu, mas sobreviveu à ditadura, voltou a ter dinâmica no PREC, mas já não cumpria o papel central na vida bairrista. Hoje, cabe aos que dinamizam a cooperativa a reivindicação da sua história e do papel do associativismo na luta da classe operária portuguesa.

FESTA 5 ANOS EM LUTA

HÁ ALTERNATIVA AO CAPITALISMO?
A ATUALIDADE DA SAÍDA
REVOLUCIONÁRIA

06 | Nov | 2021

17h Debate | 19h Jantar | 22h Música

Valor do jantar: 10 € | 15 € Solidário

Padaria do Povo | Rua Luís Derouet 20A, Campo de Ourique, Lisboa

A NOSSA CLASSE

ENCONTRO SINDICAL “TRABALHADORES ATACADOS NÃO PODEM FICAR ISOLADOS”

Juntar forças para chumbar o orçamento de Costa nas ruas

Após umas autárquicas que abalaram a arrogância do PS de António Costa, o Governo prepara-se agora para defender um Orçamento Geral do Estado (OE) que não responde à realidade do país. É neste contexto que ocorrerá um Encontro Sindical que tem a responsabilidade de contribuir para a reação dos trabalhadores a mais uma declaração de guerra.

Discurso do Governo vs. realidade dos trabalhadores

JOÃO REIS

Apoiado nas estatísticas do crescimento económico após desconfinamento e da redução do desemprego, o Governo tem vendido a narrativa de um país em recuperação. Infelizmente não é no mundo de António Costa que vivem os trabalhadores em Portugal. Os ritmos de trabalho in-

tensificam-se, os salários emagrecem e os vínculos contratuais estáveis são quase ficção, num país onde a classe trabalhadora ganha cada vez menos por mais trabalho, onde se normaliza e cresce o número de trabalhadores com mais de um trabalho e onde ser trabalhador e ter um contrato já não basta para se sobreviver no limiar da pobreza.



Orçamento do Costa não serve aos trabalhadores

Após uma pandemia que demonstrou as insuficiências do capitalismo e a falta de respostas alternativas dos partidos do costume, o Governo Costa ensaia agora um teatro com a oposição para convencer os trabalhadores

de que cederá em alguns pontos para melhorar o mundo do trabalho e os serviços públicos.

Depois da destruição da contratação coletiva, é possível que se retroceda na sua caducidade unilateral, depois da

proliferação das laborações contínuas e dos bancos de horas é possível que aumente o valor das horas extra, é possível até que se dê mais uns milhões para calar um setor tão desgastado como a saúde, ou a indignação dos

que, na Função Pública, depois de anos sem aumentos, não se contentam com 0,9%. Todos estes números teatrais não resolverão a realidade dos trabalhadores em Portugal.

Construir uma rede sindical de solidariedade e resistência

Neste contexto, as direções das centrais sindicais não só não têm estado à altura, como em muitos processos se têm constituído como fortes obstáculos à mobilização dos trabalhadores para resistirem aos ataques em curso. Na banca têm sido obstáculo à continuidade das lutas contra os despedimentos, na aviação têm mantido uma linha de negociação com empresas

que estão intransigentes em reestruturações que apenas servem para cortar direitos e postos de trabalho e, no global, têm mantido cada sector isolado no seu canto, ao invés de construírem uma mobilização geral e unitária contra a degradação das condições de trabalho e os despedimentos. É este o motivo do Encontro Sindical “Trabalhadores atacados não podem ficar iso-

lados”, que junta sindicatos, CTs e ativistas sindicais envolvidos em alguns dos principais palcos atuais de ataques aos trabalhadores. A importância deste encontro para estas organizações reflete não apenas a necessidade de uma resposta superior, mas principalmente que existem organizações dispostas a contribuir para rumos alternativos que superem os problemas atuais.

Além de uma rede unitária de organizações e ativistas democrática, independente do governo

Costa e dos patrões, que supere os problemas existentes no movimento sindical, é necessário fazê-lo respondendo aos obstáculos políticos que, neste momento, se concretizam na oposição ao orçamento proposto pelo governo do PS.